



Número: **0800088-12.2020.8.15.0551**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Remígio**

Última distribuição : **17/02/2020**

Valor da causa: **R\$ 12.555,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JONATAN DIAS FERREIRA (AUTOR)		INACIO BRUNO SARMENTO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
28334030	17/02/2020 10:29	Petição Inicial	Petição Inicial
28334038	17/02/2020 10:29	Petição Inicial	Outros Documentos
28334041	17/02/2020 10:29	Procuração	Procuração
28334044	17/02/2020 10:29	Doc. de Identificação e Comp. de Residência	Documento de Identificação
28334046	17/02/2020 10:29	BO e Comp. de Pag. Administrativo	Outros Documentos
28334302	17/02/2020 10:29	Doc. Médica	Outros Documentos
28334303	17/02/2020 10:29	GuiaCustas	Outros Documentos
28578504	28/02/2020 08:26	Despacho	Despacho

Petição Inicial em anexo.



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE REMÍGIO-PB.

JONATA DIAS FERREIRA, brasileiro, solteiro, deficiente, portador do RG de nº 3637522, e CPF de nº 088.620.204-30, residente e domiciliado na Rua Pedro Pereira da Silva, nº 47 centro da cidade de Remígio-PB por intermédio do seu bastante procurador que esta subscreve, com escritório profissional localizado no endereço que consta no rodapé desta, onde deverá receber as intimações, vem perante V. Ex^a, propor o presente:

ACÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT.

COMPLEMENTO

Em face de: **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT**, podendo ser citada através de seu representante legal na Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar, Rio de Janeiro - RJ, CEP-20.031.205, CNPJ 09.248.608.0001-04 expondo e ao final requerendo o seguinte:

AB INITIO, diante da situação financeira em que se encontra o Promovente requista inicialmente a Justiça Gratuita de tal forma a poder ter acesso a Justiça e fazer valer o direito de igualdade.

É cedico que para que tenha eficácia o pedido de assistência judiciária gratuita, nada basta além do simples pedido, expondo a impossibilidade do constituinte em custear as despesas processuais, proferido em petição inicial, conforme preceitua a Lei de nº. 1.060, de 05.02.1950 do Código de Processo Penal em seu art. 4º *caput*.

DA AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO OU DE CONCILIAÇÃO

Considerando a necessidade de produção de provas no presente feito, bem como a política atual de acordo zero adotada pela parte Ré, a parte autora vem manifestar, em cumprimento ao **art. 319, inciso VII do NCPC/2015**, que não há interesse na realização de audiência de conciliação ou mediação, haja vista a iminente ineficácia do procedimento e a necessidade de que **ambas as partes** dispensem a sua realização, conforme previsto no **art. 334, §4º, inciso I, do NCPC/2015**.



DOS FATOS E DOS DIREITOS

No dia **26.07.2016**, o requerente estava na garupa da moto Honda/NXR 150 bros es, ano/modelo 2006/2007, de cor preta, placa MOT 3378/PB, chassi de nº 9C2KD03307RO19742, na saída da cidade de Areia, e ao entrar na PB 079 com destino a cidade de Remígio-PB, perdeu o controle de direção da moto, vindo cair ao solo e sofrer lesões graves, sendo socorrido pelo SAMU e encaminhado e encaminhado ao de Hospital de Emergência e Trauma em Campina Grande/PB, onde foi submetido a tratamentos médicos, o que ocasionou incapacidade permanente na parte autora, fatos estes, devidamente comprovados no teor do Boletim de Ocorrência da Polícia, Ficha de Internação e Cirurgia, todos em anexos.

Desse sinistro, restaram lesões preocupantes ao Autor, tais como o como **FRATURA DE OSSOS DA PERNA ESQUERDA, ONDE FOI SUBMETIDO A CIRURGIAS DE OSTEOSSÍNTESE (PLACA/PINOS/PARAFUSOS)**, devido ao acidente, o que sem duvidas resultou no comprometendo total do membro, conforme se observa nos laudo médicos acostados aos autos e pericia a ser realizada.

Acontece que a parte autora, buscou seus direitos pela via administrativa, recebendo um valor irrisório de **R\$ 945,00 (NOVECIENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS)**, conforme demonstrativo de pagamento da Seguradora Líder em anexo.

Destarte, o valor recebido é inferior ao que a parte autora tem direito, tendo em vista, que a redução funcional/invalidez dos membros supra mencionado corresponde ao valor Máximo de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme tabela DPVAT, descrita em lei especial.

O próprio nome do Seguro DPVAT é esclarecedor: Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre. Isso significa que o DPVAT é um seguro que indeniza vítimas de acidentes causadas por veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por terra ou por asfalto.

O Seguro Obrigatório DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194/74, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de morte e invalidez permanente, e o reembolso de despesas médicas.

As indenizações do DPVAT são obrigatórias porque foi criado por lei, em 1974. Essa lei determina que todos os veículos automotores de via terrestre, sem exceção, paguem o seguro. A obrigatoriedade do pagamento garante às vítimas de acidentes com veículos o recebimento de indenizações, ainda eu os responsáveis pelos acidentes não arquem com essa responsabilidade.

Tendo em vista as previsões legais da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11482/2007 (art. 8º), que criou o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causadores por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), o Autor faz *jus* à indenização



financeira pelas seqüelas decorrentes do acidente de trânsito, ou seja, da invalidez permanente, conforme atesta os documentos médicos em apenso, no valor estabelecido conforme o art. 3º, inciso II e III, *in verbis*:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

A parte autora, através de seu procurador, munira-se de todos os documentos exigidos pela legislação susomencionada, tais como laudo médico dos danos físicos que acometeram e o registro de ocorrência no órgão policial competente, **estritamente de acordo com o art. 5º, conforme segue:**

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Assim, instruído de todos os documentos hábeis à sua pretensão, têm o requerente direito à indenização. Dessa forma, o Autor busca junto aos braços do Poder Judiciário o reconhecimento de sua justa indenização.

Ademais, a matéria resta exaustivamente analisada e pacificada:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A VALOR CERTO E DETERMINADO - TARIFADO EM LEI PARA OS CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE. MEDIDA PROVISÓRIA 340/2006. PAGAMENTO PARCIAL. COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR DEVIDO. 1. Não há que se falar em graduar a invalidez permanente com base na Resolução n.º 1/75 de 03/10/75, editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pois, em se tratando de norma regulamentar, não pode esta dispor de modo diverso da Lei n.º 6.194/74, de hierarquia

Rua: João Sérgio de Almeida, nº800 –B, Severino Cabral,
Bodocongó, Campina Grande – PB. CEP: 58430-340.
Fones: (83) 3334-1289 / 99988-5048/ 987692274
E-mail: inaciobrunoadv@gmail.com



superior. 2. A percepção dos valores referentes ao seguro DPVAT na esfera administrativa a título de liquidação de sinistro não importa em abdicar do direito de receber indenização tarifada, havendo saldo a ser satisfeito, resultante da diferença entre o valor recebido e aquele efetivamente devido em face do previsto em lei. 3. A parte autora possui direito à complementação do valor da indenização tarifado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), devendo ser abatido o valor atinente ao pagamento parcial efetuado na esfera administrativa, montante este que deve ser corrigido monetariamente pelo IGP-M, a contar daquele termo, acrescidos de juros moratórios a partir da citação. 4. Honorários advocatícios. Majoração para 15% do valor da condenação. Dado parcial provimento aos recursos. (Apelação Cível Nº 70028013035, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 21/01/2009).

Nota-se claramente que a lei foi criada para a indenização de vítimas de acidentes de trânsito, tudo nos termos da Lei nº 6.194/74,

DO REQUERIMENTO:

Pelo Exposto, requer a V.Ex.a., com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, requerer a procedência da presente, para o fim de condenar a requerida, a complementação do pagamento da indenização em epígrafe, **fundada no valor de R\$ 12.555,00 (DOZE MIL, QUINHENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS) referente ao DPVAT**, face a invalidez sofrida pelo autor, que veio a comprometer a função do adquirida através de acidente de trânsito, requerendo ainda o seguinte:

01- que Seja citada a Promovida, no endereço declinado na exordial, para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;

02- Seja designada audiência de conciliação, não havendo proposta de acordo em ato contínuo em conformidade com **o rito especial imposto a lide**, tenha início a instrução e julgamento;

03 - Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos especialmente nas provas documentais, que serão apresentadas independentemente de intimação;

04- seja intimado o autor para ser inquirido nos autos, e com base na Súmula 54 do STJ, que o valor da condenação seja acrescido de juros e correção monetária retroativo a data do sinistro;



05- com fundamento no Art. 246, I do Código de Processo Civil Pátrio, seja a promovida, citada através de AR- (Correios e Telégrafos);

06- seja a demandada condenada em 20%, sobre o valor da condenação, referente à honorários advocatícios, e, sejam intimadas as testemunhas arroladas a prestarem depoimento sob as penas da lei;

07- não necessitando que seja oficiado a SEGURADORA LIDER para remeter copia do processo administrativo, pois seguem e anexo copias das documentações;

08- Não precisando que seja intimada a direção da casa hospitalar onde o autor, ora paciente, foi atendido para disponibilizar prontuário, pois os mesmos já encontra-se em anexo;

09 – **requer a produção de prova pericial**, oficiando o NUMOL/PERITO a ser nomeado por V. Excelência, visto que tal exame torna-se imprescindível para o julgamento da presente demanda;

Finalmente requer a gratuidade da Justiça nos termos do art.2º da Lei n. 1060/50, por ser o mesmo pobre na forma da lei;

Dá-se a presente o valor de **R\$ 12.555,00 (DOZE MIL, QUINHENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS)** para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos,

Pede e Espera Deferimento.

Campina Grande - PB, em 17 de Fevereiro de 2020.

INACIO BRUNO SARMENTO
- Advogado - OAB/PB 21.472



QUESITOS PARA INFORMAÇÃO SOBRE INVALIDEZ PERMANENTE

Conforme o Código de Ética Médica nos seus artigos 59; 83; 102; 112, Para fins de perícia médico-legal e no resguardo dos interesses da Justiça e do próprio paciente, presta as seguintes informações:

PACIENTE:_____.

1) O PACIENTE FOI ATENDIDO NO DIA ____/____/____, por volta das _____ horas, apresentando ferimento produzido por ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO.

2) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE PERIGO DE VIDA (), de que forma?

_____.

3) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE SEQÜELAS PERMANENTES, QUANTIFICAR A INVALIDEZ DO PONTO DE VISTA FUNCIONAL? (MENCIONAR O MEMBRO, SENTIDO, ÓRGÃO OU FUNÇÃO PERMANENTEMENTE DEBILITADOS):_____

_____.

4) EXISTEM SEQUELAS RESIDUAIS?

_____.

5) SE A INVALIDEZ OU DEBILIDADE DO AUTOR É EM GRAU - MÍNIMO, MÉDIO, OU, GRAVE?

_____.

Sem mais, em ____/____/_____.

(Assinatura – carimbo – CRM)

Rua: João Sérgio de Almeida, nº800 –B, Severino Cabral,
Bodocongó, Campina Grande – PB. CEP: 58430-340.
Fones: (83) 3334-1289 / 99988-5048/ 987692274
E-mail: inaciobrunoadv@gmail.com



PROCURAÇÃO AD JUDICIA E EXTRA JUDICIAL

OUTORGANTE: Jonatan Dias Ferreira, brasileiro (a),
solteiro, deficiente portador da Cédula de Identidade nº:
3637522, inscrito no CPF nº: 088.1620.124.130, residente e domiciliado
na Rua Pedro Paulo do Silva, Nº 47, Bairro, Centro,
na Cidade de Pernambuco /PB.

OUTORGADO: INÁCIO BRUNO SARMENTO, brasileiro, casado, advogado inscrito na
OAB/PB sob nº 21.472, com endereço profissional na Rua: **Dinamarca Alves Correia,**
1020, loja 02, Dinamérica, na Cidade de Campina Grande/PB, 3334-1289/99988-
5048/98769-2274.

PODERES: Poderes para o foro em geral, a fim de defender os interesses e direitos
do Outorgante perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, inclusive perante esta
Douta Vara, propondo Ações competentes em que o Outorgante seja autor ou
reclamante, defendendo-o quando for Réu, Interessado ou Requerido, podendo
reclamar, conciliar, desistir, transigir, acordar, recorrer, receber e dar quitação,
confessar, firmar compromisso, prestar declarações, renunciar direitos, bem como
substabelecer a presente com ou sem reservas de poderes, se assim lhes convier,
praticarem todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato,
ao qual dar como firme e valioso, enfim praticar todos os atos previstos no art.105 do
Novo Código de Processo Civil com redação dada pela Lei nº 8.952 de 13.12.94 e art.
5º, § 2º da Lei n.º 8906, de 04.07.94 (Estatuto da Advocacia e da Ordem dos
Advogados do Brasil).

CONTRATO: O Outorgante obriga-se a pagar ao outorgado, a título de verba honorária
advocatória remuneratória pelos serviços prestados, ora contratados, a importância de 30%,
calculados sobre o valor da causa, da condenação ou do acordo celebrado.

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIENCIA DE RENDIMENTOS

A parte outorgante, conhecedora dos termos da Lei n.º 1.060/50, declara que é pobre
na forma da lei e que não tem condições de dar prosseguimento à demanda judicial
sem comprometimento da subsistência de sua vida e de sua família.

Campina Grande/PB, 23 de Maio de 2019.

x Jonatan Dias Ferreira
Outorgante/Declarante

Rua: Dinamérica Alves Correia, nº1020, loja 02,
Dinamérica, Campina Grande – PB. CEP: 58400-000.
Fones: (83) 3334-1289 / 99988-5048/ 987692274
E-mail: inaciobrunoadv@gmail.com



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

V-02
P-234

Jonatan Dias Ferreira
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3.637.522 -2 VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 11/12/2012

NOME JONATAN DIAS FERREIRA

FILIAÇÃO PAULO CAROLINO FERREIRA
EDLEUZA DIAS FERREIRA

NATURALIDADE REMÍGIO-PB DATA DE NASCIMENTO 12/04/1993

DGO ORIGEM NASC.N.14.249 FLS.430V LIV.A-16
CARTÓRIO REMÍGIO-PB

CPF 088.620.204-30

ASSINATURA DO DIRETOR GERAL DE REG. CIV. E COM.

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA

 **Receita Federal**
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
088.620.204-30

Nome
JONATAN DIAS FERREIRA

Nascimento
12/04/1993

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE
1D3C.AC45.BF04.7A99

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na Internet, no endereço
www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil

às 10:45:34 do dia 21/08/2012 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00





MINISTÉRIO DA DEFESA
CERTIFICADO DE DISPENSA
DE INCORPORAÇÃO
23ª CSM

Nº 210700 SÉRIE: S
RA23127.205055-1

NOME
JONATAN DIAS FERREIRA.

EM CASO DE CONVOCAÇÃO DEVE APRESENTAR-SE IMEDIATAMENTE

FILIAÇÃO

PAI PAULO CAROLINO FERREIRA.
MÃE EDLEUZA DIAS FERREIRA.

DATA NASC.

NATURALIDADE

12ABR93

REMÍGIO - PB

Dispensado do Serviço Militar inicial em 10NOV2011
por RESIDIR EM MUNICÍPIO NÃO TRIBUTÁRIO

Cmt/Ch ou Dirt

Roberto da Silva Botelho 1º Ten.
Delegado 5º Del. SM 23ª CSM

PROIBIDO PLASTIFICAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Jonatan Dias Ferreira
ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

IDENTIFICAÇÃO
BIOMETRICA

NOME DO ELEITOR

JONATAN DIAS FERREIRA

DATA DE NASCIMENTO

12/04/1993

Nº INSCRIÇÃO

0437 5619 1201

D.V.

ZONA

067

SEÇÃO

0054

MUNICÍPIO / UF

REMÍGIO/PB

DATA DE EMISSÃO

13/07/2015

JUIZ ELEITORAL

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA JUSTIÇA ELEITORAL

Governo do Estado da Paraíba

Fundação Centro Integrado de
Apoio ao Portador de Deficiência

PESSOA COM
DEFICIÊNCIA

Validade: Maio / 2018



GOVERNO
DA PARAIBA

NOME:
JONATAN DIAS FERREIRA

RG:

3637522 SSP/PB

CPF:

088620204-30

ENDEREÇO:
LINDOLFO A DANTAS, 202-CENTRO-
REMÍGIO-PB

GR. SANGÜINEO:

O POS

NASCIMENTO:

12/04/1993

CID:

H 54.2

DEFICIÊNCIA:

VISUAL

EMIÇÃO:

MAIO/14

Nº CONTROLE:

23708

O uso desta identificação por
outra pessoa é crime cabendo ao
infrator punições previstas em lei.

Dir. de Transportes - DER
Néza Maria Gomes Magalhães

Dir. Superintendente - DER
Carlos Pereira de Carvalho e Silva

Presidente da FUNAD
Simone Jordão Almeida



Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº025.104.255
Cód. para Déb. Automático: 00004977450

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Mai / 2019	17/05/2019	17/06/2019	011.274.948-80

UC (Unidade Consumidora): 5/497745-0

Canal de contato

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.
Junte-se ao MOVIMENTO VACINA BRASIL. Saiba mais em saude.gov.br/vacinabrasil

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
17/04/19	16342	17/05/19	16376		34	30

Demonstrativo

CCI	Descrição	Quantidade	Tarifa / Tributos	Valor Base Calc. ICMS/R\$	Alíq. ICMS	ICMS R\$ Base Calc. Pte/Coluna R\$	Pte/R\$ (0,9716%)	Coluna R\$ (4,752%)	
0601	Consumo até 30kWh-NR	30,000	0,203750	6,11	0,00	0	6,11	0,06	0,27
0601	Consumo - 31 a 100kWh-NR	4,000	0,349300	1,39	0,00	0	1,39	0,01	0,06
0601	Adic. B Amarela			0,06	0,00	0	0,06	0,00	0,00
0610	Subsídio			12,43	0,00	0	12,43	0,12	0,56
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS									
0807	CONTRIB. ILUM PUBLICA			4,72	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0906	Devolução Subsídio			-11,76	0,00	0	0,00	0,00	0,00

CC: Código de Classificação do Item	TOTAL:	12,95	0,00	0,00	19,89	0,19	0,89
Tarifa s/ Tributos: Até 30kW/h 0,192660	Até 100kW/h 0,330280						

Média últimos meses (kWh)

VENCIMENTO**TOTAL A PAGAR**

24/05/2019

R\$ 12.95

Histórico de Consumo (kWh)

44	41	21	1	25	67	98	85	71	87	81	49
Maio/19	Jun/18	Jul/18	Ago/18	Set/18	Out/18	Nov/18	Dez/18	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19

RESERVADO AO FISCO

1457.6197.02a4.006a.42d0.652e.1214.4413.

Indicadores de Qualidade 3/2019 - Esperança

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)	
DIC/MENSAL	6,27	0,00	NOMINAL	220
DIC/TRIMESTRAL	12,54			
DIC/ANUAL	25,08			
FIC/MENSAL	3,36	0,00	CONTRATADA LIMITE INFERIOR LIMITE SUPERIOR	202 231
FIC/TRIMESTRAL	6,72			
FIC/ANUAL	13,45			
DMIC	3,71	0,00		
DICRI	12,22			

Composição do Consumo

Discriminacao	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energia/PB	2,49	19,22
Compra de Energia	3,58	28,42
Serviço de Transmissão	0,39	3,01
Encargos Setoriais	0,59	4,56
Impostos Diretos e Encargos	5,80	44,79
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	12,95	100,00

Valor do EUSD (Ref. 3/2019) R\$ 8,17

ATENÇÃO

REAVISU Caso a(s) fatura(s) não continue(m) em atraso, o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 01/08/2019, de acordo com Resolução 44/A-ANEEL. O pagamento em atraso não elimina a possível suspensão do fornecimento. Caso o mesmo não seja comunicado ou as contas pagas não estejam na unidade consumidora para comprovação, Caso essas faturas estejam pagas, desconsiderar essa mensagem. **ESTE PRAZO NÃO VALE PARA AS FATURAS JÁ REAVISADAS**, para estas a suspensão do fornecimento poderá ocorrer a qualquer momento até o decurso do prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de vencimento da fatura vencida e não paga.

Fatura sujeita a inclusão em órgãos de proteção ao crédito no caso de inadimplimento

- Sua unidade foi afetada como Baixa Rede, tendo um desconto de R\$11,76

- Letura confirmada.

Faturas em atraso

Abr/19	18,51
Mar/19	23,98
Fev/19	26,44
Jan/19	28,22
Dez/18	40,57
Nov/18	64,18
Out/18	49,84
Mar/17	29,62

BANCO DO BRASIL PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL

00190.00009 02624.912008 01717.062176 9 78990000001295

PAGADOR PAULO CAROLINO FERREIRA - CPF/CNPJ: 011.274.948-80

RUA PEDRO PEREIRA DA SILVA, 47 - CENTRO - REMIGIO / PB CEP: 53398000

Nr.	Nr. Documento	Data de Vencimento	Valor do Documento	Valor Pago
26249120001717062	000497745201905	24/05/2019	R\$ 12,95	

BENEFICIÁRIO: ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A CNPJ 09.095.183 / 0001-40
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-880

Agência / Código do beneficiário: 3064-3/2447-3



Assinado eletronicamente por: INACIO BRUNO SARMENTO - 17/02/2020 10:28:27

<http://pie.tipb.ius.br:80/pie/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021710282680900000027323908>

Número do documento: 20021710282680900000027323908

Num. 28334044 - Pág. 3



GOVERNO DO ESTADO DA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
2ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA
DEL. DE ACIDENTES DE VEÍCULOS
RUA RAIMUNDO NONATO DE ARAÚJO, S/N - CATOLÉ - CAMPINA GRANDE - 58.410160 -



OCORRÊNCIA Nº

CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL

CERTIFICO, em razão do meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo os Registros de Ocorrências Policiais deste Órgão, encontrei a Ocorrência de Nº 000290/16 registrada em 31/10/2016, que passo a transcrever na íntegra: Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de 2016, nesta cidade de CAMPINA GRANDE, estado da Paraíba no Cartório de Registro de Ocorrência da DEL. DE ACIDENTES DE VEÍCULOS, quando encontrava-se presente o Bel. SEVERINO DE CARVALHO LOPES, Delegado de Polícia, comigo Escrivão do seu cargo, ao final assinado e declarado, aí, por volta das 11:50 horas, compareceu o Sr. JONATAN DIAS FERREIRA, com 23 anos de idade, filho de PAULO CAROLINO FERRERIRA e EDLEUZA DIAS FERREIRA, de nacionalidade BRASILEIRA, natural de REMIGIO - PB, Solteiro, escolaridade Médio Incompleto, profissão AGRICULTOR, portador da Cédula de Identidade Nº 3637522, expedido pela SSP-PB, residindo à rua PEDRO PEREIRA DA SILVA, 47, Bairro CENTRO, na cidade de REMIGIO - PB.

Declarou que:

QUE, no dia 26.07.2016, por volta das 16:46hs, ia na garupa da Moto Honda/NXR 150 BROS ES, Ano/Modelo 2006/2007, de cor Preta, Placa MOT-3378-PB, Chassi de Nº9C2KD03307R019742, pilotada por Maria Rita da Silva Santos, na saída da cidade de Areia e ao entrar na PB 079 com destino a cidade de Remigio-PB, perdeu o controle de direção da moto, tendo ambos caído ao solo e a comunicante que vinha na garupa caiu e sofreu fratura de Fêmur na perna esquerda, sendo socorrida pelo SAMU e encaminhada ao Hospital de Emergência e Traumas, onde foi cirurgiada, enquanto que a pilota da moto sofreu apenas escoriações, diante do exposto prestou o presente boletim e solicita as devidas providências junto aos órgãos competentes. Nada mais havendo a tratar, ciente o declarante das implicações legais contidas no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lido e achado conforme, expeço a presente certidão. O referido é verdade e dou fé.

CAMPINA GRANDE, Segunda-feira, 31 de Outubro de 2016

JONATAN DIAS FERREIRA

Declarante

ADEMIR DA COSTA VILAR

Escrivão





Seguradora Líder - DPVAT

Rio de Janeiro, 17 de Dezembro de 2016

Carta nº: 10205283

A/C: JONATAN DIAS FERREIRA

Sinistro: 3160715871 ASL-1174821/16
Vitima: JONATAN DIAS FERREIRA
Data Acidente: 26/07/2016
Natureza: INVALIDEZ
Procurador: INACIO BRUNO SARMENTO

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: JONATAN DIAS FERREIRA

Valor: R\$ 945,00

Banco: 237

Agência: 000001912-7

Conta: 000000633553-5

Tipo: CONTA CORRENTE

Memória de Cálculo:

Multa:	R\$	0,00
Juros:	R\$	0,00
Total creditado:	R\$	945,00

Dano Pessoal: Perda funcional completa de um dos membros inferiores 70%

Graduação: Em grau residual 10%

% Invalidez Permanente DPVAT: (10% de 70%) 7,00%

Valor a indenizar: 7,00% x 13.500,00 =	R\$	945,00
--	-----	--------

NOTA: O percentual indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, sendo este aplicável sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.dpvatsegurodotransito.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01653/01654 - carta_15R

00010827





PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU

Em 12 outubro de 2016, Areia – PR.

DECLARAÇÃO

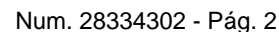
Vimos através do presente, informar a este juízo, que a ocorrência do senhor **JONATAN DIAS FERREIRA**, portador do **RG: 3.637.522 SSP-PB/ CPF: 000.620.204-30**. Foi no dia 26/07/2016 às 16h46min. Vítima de acidente motociclista (queda de moto), entre Remígio e Areia. O mesmo foi socorrido por uma equipe do **SAMU 192**, Unidade de Suporte Básico – USB37 – Areia, onde foi removido para o Hospital de Emergência e Trauma-CG. **ID: 1330773**. Na oportunidade, aproveitamos para apresentar a vossa senhoria estima e consideração.

Atenciosamente, *Lenilda F. Albuquerque*
Lenilda Fernandes Albuquerque
Enfermeira
COREN 371765

Lenilda Fernandes Albuquerque

Enfermeira do SAMU



184



GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMATISMO DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

Ficha de Acolhimento

Nome	Joaquim Das Torres		
End.	Ladeira de Nossa Senhora		
Data de Nascimento:	22/05/55	Bairro:	Ribeirão
Queixa	Doença	Documento de Identificação:	
		Data do Atend.	26.04.16
		Hora:	19.09
		Documento	

Classificação de Risco

Nível de consciência: () Bom () Regular () Baixo	Aspecto: () Calmo () Fácies de dor () Gemente
Frequência respiratória:	Frequência cardíaca:
Pressão arterial:	Temperatura axilar:
Dosagem de HGT:	Mucosas: () Normocrorada () Pálida
Deambulação: () Livre () Cadeira de rodas () Cama	

Estratificação

- () Vermelho - atendimento imediato
() Verde - atendimento até 4 horas

- () Amarelo - atendimento até 1 hora
() Azul - atendimento ambulatorial

Assinatura e carimbo do profissional





GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

Nome do Paciente		Nº Prontuário	
Jonathas Ferreira			
Data da Operação	16/8/16	Enf.	
Operador	Dr. Bruno	Leito	
2º Auxiliar		1º Auxiliar	Dr. Jefferson
Anestesia		3º Auxiliar	
Diagnóstico Pré-Operatório	Fratura Diáfise fêmur (E)		
Tipo de Anestesia			
Tipo de Operação			
Diagnóstico Pós-Operatório	O mesmo		
Relatório Imediato da Patologia			
Exame Radiológico no Ato	S		
Acidente Durante a Operação	N		



DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO


Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspecto Visceras
1 - Paciente DDA, feito curativo
2 - Anestesia e Antiespasmódico
3 - Alcatraz campo antero
4 - incisão fémur lateral coxa (E)
5 - Redução + direção por planos
6 - Redução + direção com auxílio de
7 - Aplicação placa + fixação com parafusos
8 - Sutura por planos
9 - curativo



Dr. Jefferson Libson L. A. Rocha
CRM 10457 / UNIA 101168

RELATÓRIO DE OPERAÇÃO



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 055.4.20.00068/01
Nº do Processo:	Comarca: Remigio	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de emissão: 17/02/2020
Número da guia: 055.2020.600068 Tipo da Guia: Custas Prévias			Data de vencimento: 29/02/2020
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.030,20 Promovente: JONATA DIAS FERREIRA, - Taxa Judiciária: R\$ 188,33 - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 Promovido: SEGURADORA LÍDER DOS - Taxa bancária: R\$ 1,35 CONSÓRCIOS DE SEGUROS			UFR vigente: R\$ 51,51
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.231,87
			Desconto total: R\$ 0,00
866700000122 318709283184 520200229059 542000068016 			Valor final: R\$ 1.231,87

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 055.4.20.00068/01
Nº do Processo:	Comarca: Remigio	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de emissão: 17/02/2020
Número da guia: 055.2020.600068 Tipo de Guia: Custas Prévias			Data de vencimento: 29/02/2020
Promovente: JONATA DIAS FERREIRA, Promovido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT			UFR vigente: R\$ 51,51
Detalhamento: - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 - Cartas R\$ 12,00			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.231,87
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 1.231,87

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 055.4.20.00068/01
Nº do Processo:	Comarca: Remigio	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de emissão: 17/02/2020
Número da guia: 055.2020.600068 Tipo de Guia: Custas Prévias			Data de vencimento: 29/02/2020
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.030,20 Promovente: JONATA DIAS FERREIRA, - Taxa Judiciária: R\$ 188,33 - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 Promovido: SEGURADORA LÍDER DOS - Taxa bancária: R\$ 1,35 CONSÓRCIOS DE SEGUROS			UFR vigente: R\$ 51,51
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.231,87
			Desconto total: R\$ 0,00
866700000122 318709283184 520200229059 542000068016 			Valor final: R\$ 1.231,87





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça
Sistema de Custas Online

Guia de Custas Prévias

Nº Guia: 055.2020.600068

Data Vencimento: 29/02/2020

Data Emissão: 17/02/2020

Comarca: Remigio

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

Promovente: JONATA DIAS FERREIRA,

Promovido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT

Valor da Causa: R\$ 12.555,00

Despesas Processuais: R\$ 12,00

Custas: R\$ 1.030,20

Taxa: R\$ 188,33

Total da Guia: R\$ 1.230,52

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

Servidor

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.





Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Remígio

0800088-12.2020.8.15.0551

DESPACHO

Defiro a Gratuidade da Justiça (CPC, art. 98, §1º). Anotações de estilo.

Entendo por incabível a designação da audiência de conciliação a que se refere o artigo 334, do CPC, haja vista que, nos casos como o do presente processo, a parte ré se recusa a realizar qualquer tipo de acordo, sem a anterior realização de perícia médica, para avaliar a situação física da parte autora.

Assim, cite-se o réu para, querendo, apresentar resposta à inicial, no prazo de 30 (trinta) dias.

Remígio, data e assinatura eletrônicas.

Juiz(a) de Direito

